

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.996 - SC (2020/0019707-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : LUIZ ANTONIO BUBA
ADVOGADOS : LUIZ EDUARDO SALIBA - SC033396
CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS - SC033279A

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA RURAL POR IDADE TRABALHADOR RURAL REQUISITOS LEGAIS COMPROVAÇÃO INÍCIO DE PROVA MATERIAL COMPLEMENTADA POR PROVA TESTEMUNHAL 1 É DEVIDO O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA RURAL POR IDADE NOS TERMOS DOS ARTIGOS 11 VII 48 § 1 E 142 DA LEI N 8213/1991 INDEPENDENTEMENTE DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES QUANDO COMPROVADO O IMPLEMENTO DA IDADE MÍNIMA (SESSENTA ANOS PARA O HOMEM E CINQUENTA E CINCO ANOS PARA A MULHER) E O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL POR TEMPO IGUAL AO NÚMERO DE MESES CORRESPONDENTES À CARÊNCIA EXIGIDA MEDIANTE INÍCIO DE PROVA MATERIAL COMPLEMENTADA POR PROVA TESTEMUNHAL IDÔNEA 2 HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA PREENCHEU OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e da Súmula n. 149 do STJ, no que concerne à prova material contemporânea ao período de carência para comprovação do exercício da atividade rural, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dito de outro modo, a parte autora deveria comprovar o exercício de atividade rural num determinado período, de acordo com os limites dados pelos requisitos de idade e requerimento do benefício, entretanto, só apresentou documentos cujo conteúdo ou emissão não coincidem com este período, isto é, não são contemporâneos. (fls. 211).

[...]

No caso em apreço, embora tenho sido apontada a existência de prova material, verifica-se que ela é absolutamente extemporânea ao período que pretendido para averbação, o que equivale a dizer que inexistente

prova para o período, atraindo a aplicação do entendimento deste E. STJ nos Temas 297 e 554, como, aliás, este Tribunal tem feito ao decidir monocraticamente a matéria, a exemplo do RESP 1.639.477/PR, RESP 1.647.496/PR e RESP Nº 1.624.653 RS, dentre outros. (fls. 211).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 143 da Lei n. 8.213/91, no que concerne à impossibilidade do cômputo do período rural remoto para fins de carência, uma vez passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurado, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Revela-se inviável o aproveitamento do período remoto para fins de carência, uma vez que passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurada especial. O largo período de tempo foge ao conceito de descontinuidade previsto no art. 143. O posicionamento do STJ acerca da matéria foi firmado no julgamento do AgRg no REsp 1354939/CE, em 16.06.2014: (fls. 214).

[...]

Portanto, passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurado especial, resta impossibilitado o aproveitamento do período rural remoto para fins de aposentadoria por idade. (fls. 215).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Assim, constata-se que apenas o interstício inicial do período de carência, qual seja, de 2002 a 2006, restou desprovido de início de prova material. Porém, a esse respeito, o Colendo STJ consolidou seu entendimento a respeito da extensão de validade do início da prova material na recente Súmula 577, cujo enunciado dispõe que "é possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório". (fl. 176)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, "não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do

apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ademais, no que concerne à alegação de violação à Súmula n. 149/STJ, não é cabível o recurso especial por ofensa a enunciado de súmula dos tribunais.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 518 do STJ: “Para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula”.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; AgInt no REsp 1724930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018; AgRg no AREsp 741.903/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 4/12/2015; e AgRg no AREsp 10.529/DF, relator Ministro Newton Trisotto (Desembargador Convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe de 18/5/2015.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente